

Editora

Luisa Angélica Paraguai Donati

ApoioFundação Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior (Capes)**Conflito de interesses**Os autores declaram que não há
conflito de interesses.**Recebido**

24 dez. 2023

Versão final

1 out. 2024

Aprovado

10 out. 2024

Narrativas indígenas: um caminho decolonial para compreender a memória e informação

Indigenous narratives: a decolonial path to understanding memory and information

Juliana Akemi Andrade Okawati¹ , Cezar Karpinski¹ 

¹ Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Florianópolis, SC, Brasil. Correspondência para/Correspondence to: J. A. A. OKAWATI. E-mail: <julianaokawati@gmail.com>.

Como citar este artigo/How to cite this article: Okawati, J. A. A.; Karpinski, C. Narrativas indígenas: um caminho decolonial para compreender a memória e informação. *TransInformação*, v. 36, e2410646, 2024. <https://doi.org/10.1590/2318-0889202436e2410646>

Resumo

Este trabalho parte de um olhar crítico para as epistemologias que vigoram na Ciência da Informação para analisar como as narrativas indígenas podem contribuir para uma nova abordagem aos estudos da memória e informação. Assim, ao problematizar as estruturas e narrativas hegemônicas que fundaram a área, busca-se construir um caminho decolonial de (des)envolvimento. Primeiramente, discorremos sobre como o conceito de memória vem sendo incorporado na Ciência da Informação, para, então, fundamentar a noção de Memória Ancestral. Além de construir um referencial teórico com foco nas perspectivas indígenas, ampliando a visão sobre a temática em questão, metodologicamente foram selecionados materiais produzidos pelos povos Guarani, Kaingang e Laklãnõ-Xokleng para demonstrar como a memória é compreendida por esses grupos, nos quais a oralidade desempenha um papel central nas práticas socioculturais. Como resultado, fica evidente que, ainda que atualmente, os registros dessas narrativas em suportes de informação, tais como os livros, tenham ganhado espaço e importância para essas comunidades – que os assumem como um meio de resistência e fortalecimento da memória – esses só adquirem sentido quando conectados à sua práxis. Com base nos materiais analisados, conclui-se que os sábios e sábias indígenas atuam como mediadores da informação, desempenhando um papel protagonista no processo de transmissão da sabedoria ancestral.

Palavras-chave: Autoria indígena. Decolonialidade. Epistemologia. Literatura indígena. Memória.

Abstract

This work begins with a critical examination of the epistemologies established in the field of Information Science to analyze how Indigenous narratives can contribute to an alternative perspective on the study of memory and information. By problematizing the hegemonic structures and narratives that established the field, the aim is to build a decolonial path for development engagement. First, it discusses how the concept of memory has been integrated into Information Science, laying the groundwork for the notion of Ancestral Memory. The work is primarily grounded in the writings of Indigenous authors, broadening perspectives on the subject at hand. Methodologically, materials produced by the Guarani, Kaingang, and Laklãnõ-Xokleng people

were selected to illustrate how memory and information are understood by these societies, where orality occupies a central place in their sociocultural practices. As a result, it is evident that even though nowadays, the records of these narratives in information mediums, such as books, have gained space and importance for these communities – who view them as a means of resistance and memory strengthening – they only acquire meaning when connected to their praxis. Based on the analyzed materials, it is concluded that Indigenous wise people act as information mediators, playing a leading role in the transmission of ancestral wisdom.

Keywords: Indigenous authorship. Decoloniality. Epistemology. Indigenous literature. Memory.

Introdução

A informação enquanto objeto de estudo da Ciência da Informação (CI) vem sendo amplamente debatida no campo epistemológico, se relacionando a diferentes abordagens que refletem a complexidade e as mais diversas dimensões informacionais do existir humano. Assim, mesmo compreendida sob diferentes perspectivas, estamos aqui de acordo com Carlos Araújo ao perceber que a informação “não é produto de uma mente única, isolada, mas construído pela intervenção dos vários sujeitos e pelo campo de interações resultante de suas diversas práticas”, ou seja, “é uma construção conjunta, coletiva – ou melhor, intersubjetiva” (Araújo, 2010, p. 97).

Ao abarcar as diferentes práticas que refletem essa diversidade de compreensão da informação, confrontamos respostas homogeneizadoras que parecem não atender aos dilemas específicos: global vs local. Conforme elucida Rafael Capurro toda epistemologia está fundamentada em uma epistemopraxis; em outras palavras, a direção que decidimos tomar em nossas práticas não pode se limitar a atender a demanda da globalização (Capurro, 2003). O autor atenta para a problemática estrutural e centros de poder, questionando a quem a informação parece servir nesse sistema. Contudo, na visão de Natalia Cardona essa perspectiva parece ainda limitante para compreender outros contextos locais (Cardona, 2020). Reforçando o questionamento de Capurro: informação para quem? A autora discorre sobre o papel social da Ciência da Informação: para quê? Colocando em xeque os sistemas hegemônicos que vigoram, sobretudo na América Latina, reproduzindo as mesmas relações coloniais que a fundaram.

Isto posto, propõe um olhar diferenciado para a informação, reconhecendo os saberes locais e possíveis contribuições dos grupos historicamente excluídos nesse processo. Bem como o desenvolvimento da Ciência da Informação e as reflexões permitiram passar de um paradigma físico para um cognitivo e depois para um social: “Hoje é iminente a necessidade de pensar um paradigma intercultural na CI” (Cardona, 2020, p. 62, tradução nossa). Trata-se, portanto, de uma proposta que mesmo sem explicitar a terminologia “crítica” em seu enunciado, remete a esta perspectiva fundada por Catherine Walsh, dado que não parte do problema da diversidade ou da diferença em si, e sim do problema estrutural-colonial-racial:

[...] a interculturalidade compreendida criticamente ainda não existe, é algo a se construir. Por isso, é entendida como estratégia, ação e processo permanente de relacionamento e negociação entre, em condições de respeito, legitimidade, simetria, equidade e igualdade. Mas, ainda mais importante é a sua compreensão, construção e posicionamento como projeto político, social, ético e epistêmico - de conhecimento e conhecimento -, que afirma a necessidade de mudar não só as relações, mas também as estruturas, condições e dispositivos de poder que mantêm a desigualdade, inferiorização, racialização e discriminação (Walsh, 2010, p. 78, tradução nossa).

Corroborando com a questão, Guilherme Righetto e Cezar Karpinski alertam acerca da responsabilidade social na ruptura de preconceitos e linhas abissais na Ciência da Informação,

abrindo espaço para uma Epistemologia Social Decolonial que reconhece e valoriza os conhecimentos advindos dos vários lugares do saber (Righetto; Karpinski, 2021). Tal proposta se apoia em Boaventura de Sousa Santos ao compreender o pensamento abissal como a impossibilidade da co-presença de saberes advindos de uma relação extremamente desigual que conduziu determinados povos a um lugar de subalternidade (Santos, 2010). Por conseguinte, a justiça social passa a ser também uma justiça cognitiva que se fundamenta nas Epistemologias do Sul, denunciando as exclusões abissais e provocando um movimento de reconhecimento e valorização de outros saberes.

Esses saberes são viabilizados pelas metodologias não-extrativistas e pelas pedagogias pós-abissais. As primeiras têm como objetivo o saber-com como alternativa ao saber-sobre, constituindo relações entre sujeitos do conhecimento como alternativa a relações entre sujeitos e objetos. As segundas visam ampliar a copropriedade de saberes transformadores e libertadores (Santos, 2019, p. 307).

Observa-se que a discussão sobre a colonialidade do saber, do ser e do poder está finalmente começando a ganhar seu espaço na Ciência da Informação, revelando um grande potencial para o avanço das pesquisas, apesar da adesão ainda limitada às epistemologias decoloniais (Bamberg *et al.*, 2022). Isso significa que esse é um momento oportuno para reavaliarmos nossas práticas e explorarmos novas perspectivas, lembrando que é tempo de “aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos” (Quijano, 2005, p. 275).

Diante dessa compreensão, coloca-se o desafio prático e epistemológico de como traçar uma direção decolonial para a Ciência da Informação. Quais os contextos locais foram excluídos dessas formulações? Como incluir e dar acesso a outras narrativas que desestabilizam as relações de poder da informação? O que essas narrativas podem nos ensinar? E, como podem colaborar para o desenvolvimento da área?

Considerando o cenário brasileiro, podemos identificar e assumir alguns caminhos possíveis que nos servem como potenciais pontos de partida, onde tanto as epistemologias indígenas quanto as afro-brasileiras se sobressaem ao se contrapor e desafiar as estruturas hegemônicas predominantes. Aqui, nossas reflexões são guiadas pelas memórias e narrativas indígenas, em consonância com a escolha de valorizar e visibilizar a autoria indígena – pouco, ou quase nada – abordada nos estudos da Ciência da Informação, sem a pretensão de fixar uma direção exclusiva ou determinista. Pelo contrário, ao reconhecer as complexas relações entre a memória e a ancestralidade desses povos, esperamos ampliar os horizontes de pesquisa para que mais adiante seja possível traçar outras articulações que se complementam em um movimento de justiça social e epistêmica.

Caminhos Metodológicos

Os estudos da memória, uma área amplamente reconhecida no campo da Ciência da Informação, se fortalecem com base em uma proposta interdisciplinar. Nesta pesquisa bibliográfica descritiva-exploratória, apresentamos de que forma este conceito tem sido abordado, articulando-o a outros campos teóricos, para em seguida, enfatizar outras perspectivas até então negligenciada pela área. Para isso, nos guiamos pelas epistemologias indígenas, representadas, principalmente, por meio de um referencial teórico predominantemente construído pela autoria indígena, o que nos permite refletir mais profundamente sobre a noção de “Memória Ancestral”.

Nota-se que embora o reconhecimento da literatura indígena tenha ganhado maior evidência com a entrada de Ailton Krenak na Academia Brasileira de Letras (ABL) e popularização de obras por meio de Daniel Munduruku, entre demais autoras e autores indígenas que apresentam suas cosmovisões através das narrativas literárias, há ainda um grande vácuo no que se refere à produção acadêmica-científica, especialmente na publicação em periódicos científicos. Em contrapartida, outras fontes de informação, como os livros e materiais produzidos no contexto educacional, demonstram um grande potencial para pesquisa, tal como buscamos evidenciar pelas produções do Projeto Ação Saberes Indígenas na Escola (ASIE), aqui abordadas em um recorte de análise do Núcleo de Santa Catarina (Núcleo/SC).

Complementa Trudrúa Dorrico, escritora do povo Macuxi, que esses livros geralmente são desenvolvidos com o apoio do governo federal ou outras organizações, que tem como objetivo comum promover a alfabetização nas comunidades indígenas, criando materiais educacionais (pedagógico e didático) por professores e estudantes indígenas em colaboração com não indígenas (Dorrico, 2023).

Nesse sentido, a maioria dos livros indígenas é de autoria coletiva – autor, aqui, está sendo entendido como as pessoas que trabalham efetivamente na produção do livro [...]. A autoria, dessa forma, passa a ser tratada como uma experiência coletiva – diferentemente do mundo ocidental em que ela é, na maioria das vezes, considerada uma experiência individual. Muitos livros, talvez a maioria deles, não apresentam autor nem em suas capas nem em suas folhas de rosto, apresentando-os somente na ficha técnica. Talvez seja por isso que exista uma falta de normalização no que concerne às fichas catalográficas, que, muitas vezes, apresentam o livro sem autor algum (Lima, 2012, p. 43).

Frente a essa realidade compartilhada pelo Projeto ASIE, e contrariando a norma que visibiliza a organização dessas produções, na maior parte realizadas por uma equipe não indígena, optamos por referenciar os materiais aqui selecionados diretamente pela autoria do seu povo: Guarani, Kaingang e Laklãnõ-Xokleng, seguidos da indicação de “obra coletiva”, cientes de que “as histórias tradicionais são os tesouros coletivos de um povo, e não é fácil atribuir uma citação bibliográfica a uma única fonte” (Kimmerer, 2023, p. 405).

Nota-se que nossa intenção não é reduzir ou englobar as experiências, mas sim apresentar um entendimento comum entre esses povos, que nas suas particularidades, complexidades culturais e cosmológicas, destacam o papel central dos sábios e sábias de suas comunidades na transmissão das memórias ancestrais, hoje também representadas por uma produção própria de livros autorais.

Por último, considerando que os saberes indígenas representam fontes inesgotáveis de informação e “a formulação do conceito de fonte de informação indígena, como de qualquer construção conceitual no campo científico, possibilitou uma ruptura epistemológica com o senso comum, abrindo novos caminhos para a construção da Ciência da Informação” (Paiva, 2014, p. 69) soma-se a intenção de ampliar o acesso das obras e também das autorias indígenas aqui referenciadas, compreendendo que para além da memória, outros tantos campos de estudo também podem se valer desses saberes para refletir suas próprias epistemologias.

O Conceito de Memória na Ciência da Informação e Outras Possibilidades

Pelo seu caráter interdisciplinar, a temática da memória vem sendo amplamente abordada e articulada a diversos estudos, inclusive no campo informacional. Conforme avaliam Eliane Oliveira e Georgete Rodrigues, mesmo sendo um tema de extrema importância, extemporâneo, as pesquisas

sobre memória têm ocupado um caráter periférico no campo da Ciência da Informação, ainda que com uma notada tendência de crescimento em estudos a partir da década de 1990 (Oliveira; Rodrigues, 2011). Em relação ao desenvolvimento do seu conceito e adjetivação, as autoras explicam que de diferentes modos, a área vem se apropriando do termo “sem que isso implique, necessariamente, a sua reformulação. Essas adjetivações são, em geral, delimitações dos objetos de pesquisa ou dos contextos estudados” (Oliveira; Rodrigues, 2011, p. 325).

Essa tendência de crescimento na pesquisa sobre memória no contexto brasileiro da Ciência da Informação é reafirmada em estudos mais recentes de Ana Bastos e Jefferson Nunes, em que ressaltam o caráter interdisciplinar das pesquisas produzidas nos últimos anos e a contribuição epistemológica proveniente de outras áreas que colaboram para o entendimento do fenômeno informacional (Bastos; Nunes, 2023).

De acordo com Keitty Vieira e Cezar Karpinski (Vieira; Karpinski, 2018), dentro da Ciência da Informação há uma predominância do uso da memória enquanto informação, assim, bem como o próprio conceito de informação, esse adquire um caráter interdisciplinar, o que implica em sua complexidade a ser trabalhada tanto do ponto de vista conceitual/teórico, quanto de estudos de caso/aplicação do conceito.

Em termos teóricos, esta categoria pode ser abordada a partir de distintas perspectivas que ora se complementam, ora se enfrentam, mas que, nem por isso, perdem qualidade de discussão. Dentro da CI, devido às unidades de informação como bibliotecas, arquivos e museus, é recorrente a tentativa de aproximação do conceito de memória com a informação (Vieira; Karpinski, 2018, p. 298).

Os autores usam uma linha do tempo teórica para reconhecer o desenvolvimento do conceito de memória desde o final do século XIX até a década de 1990 enfatizando algumas abordagens: memória individual (Henri Bergson); memória coletiva (Maurice Halbwachs); memória subterrânea (Michel Pollak); e memória social (James Fentress e Cris Wickham) (Carmo; Karpinski; Bräscher, 2018; Vieira; Karpinski, 2018).

Nesta perspectiva, vale ressaltar também o trabalho de Luciana Costa que atenta para as interações disciplinares nos estudos sobre memória e informação no contexto da Ciência da Informação (Costa, 2020). De acordo com a autora a informação, memória e patrimônio², seja em sua relação ou de modo particular, são conceitos-chave presentes na pesquisa e na produção científica da área, que caracterizada especialmente por sua interdisciplinaridade, se apoia em referenciais tais como:

[...] Halbwachs (2013) quando trata da memória individual e da memória coletiva; Pollak (1992) e Candau (2018) ao abordarem a memória e identidade; Nora (1984) ao focar os lugares de memória; Ricoeur (1989) ao tratar da memória, história e esquecimento; Le Goff (2003) ao abordar história e memória; e Casalegno (2006) sobre a atualidade da memória em rede (Costa, 2020, p. 5).

Estes trabalhos permitem compreender a memória desde um caráter epistemológico individual até seu entendimento coletivo e social articulando diferentes contextos, mas, ainda que tenha em seus autores origens variadas, são essencialmente frutos de uma mesma matriz de pensamento. Ou seja, a memória surge predominantemente atrelada a experiências que refletem as estruturas das sociedades que a fundaram.

² A categoria patrimônio traz diversas implicações que aqui não buscamos complexificar. Trata-se de compreendê-la basicamente como uma forma de autoconsciência cultural atrelada à memória (Gonçalves, 2009).

Apesar disso, a proposta de incluir – ou melhor, valorizar – outras vozes neste debate, não trata de refutar tais perspectivas já consolidadas no campo científico, mas sim, de assumir outras possibilidades para compreensão do fenômeno memória, em sintonia com Jacques Le Goff ao captar a ideia que “são as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de construir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória” (Le Goff, 1996, p. 476).

Nas palavras de Ailton Krenak: “a memória te autoriza a criar uma narrativa sobre o mundo” (Krenak, 2020, vídeo). Logo, qual a narrativa que irá nos guiar? Ao conceber a memória como uma consciência crítica, o autor reforça a produção de memória sobre si enquanto coletivo, como estratégia extremamente importante para o enfrentamento às tentativas de apagamento da história desses povos, uma vez que, “a civilização ocidental não só veio desrespeitando meus ancestrais, que vieram nos ensinando como caminhar neste planeta, como também pisoteou os seus valores” (Krenak, 2023, p. 29). Por outro lado, deixa claro que é da floresta que nascem os conhecimentos e a sabedoria, por onde percorrem as memórias e a história ancestral, assim, a princípio, nossa existência enquanto seres humanos deveria ser como a um pássaro que pousa silenciosamente neste planeta, até que um dia parte sem deixar marcas.

Ou seja,

contar nossas histórias a partir do passado, reivindicar o passado, dar testemunho das injustiças pretéritas, são todas estratégias comumente empregadas pelos povos indígenas que lutam por justiça. É extremamente raro e incomum no cenário internacional que os relatos indígenas sejam aceitos e reconhecidos como interpretações válidas do que aconteceu. Entretanto, contar nossas histórias ainda é, sim, um forte imperativo de uma poderosa forma de resistência (Smith, 2018, p. 49).

Como demonstra Linda Tuhiwai Smith, pertencente ao povo Maori da Nova Zelândia, os povos indígenas mantêm uma memória coletiva e uma consciência crítica das experiências do passado (Smith, 2018). Ao contarem histórias e compartilhar suas narrativas, por tanto tempo silenciadas pela ‘história oficial’, confrontam a memória colonial reivindicando seu lugar na construção de uma memória social do que hoje pode se entender como nação.

No cenário brasileiro, José Loureiro explica que a memória social e patrimônio exprimem “[...] as dissonâncias de uma nação inventada e construída sob o prisma da desigualdade” (Loureiro, 2015, p. 104). Nesse caso, o fenômeno informação pode e deve tornar-se um instrumento por excelência na ativação das transformações soberanamente desejada pelos grupos sociais”. Frente às tensões geradas por meio das intermediações de novas tecnologias, info-comunicacionais, o autor aponta que, se por um lado há um evidente esforço dirigido à homogeneização da memória social e do patrimônio, por outro, esses espaços tecnológicos podem contribuir para a invenção de espaços para que determinados grupos possam compartilhar suas próprias narrativas, memórias e cosmovisões.

Se o “Futuro é Ancestral” como adverte Krenak (2022), a ‘Memória Ancestral’ pode ser o ponto de partida que nos conecta no presente a um outro tempo-espaco. Isso significa que as narrativas indígenas ao iluminarem o passado, nos direcionam e dão luz a um outro futuro possível. A voz do escritor que hoje se potencializa pela disseminação notória de seus livros, prova como a escrita, bem como outras ferramentas, pode ser incorporada a favor de suas lutas.

Memórias Ancestrais

No presente tópico, ponderamos que seria mais adequado utilizar o termo ‘Memórias Ancestrais’, no plural, devido às diversas experiências que se colocam. É importante destacar que nossa intenção não é criar uma definição de “Memória Ancestral” – tampouco acreditamos que isso seja possível –, mas sim traçar algumas reflexões acerca dessa noção compartilhada por autoras e autores indígenas, que mesmo vindo de uma tradição oral, na atualidade, se reafirmam pela própria escrita.

Para começar, tomamos como ponto de partida, de modo amplo e transversal, a reflexão de “Memória Ancestral” traçada por Daniel Munduruku, do povo Munduruku, ao considerar o processo histórico colonial ao qual diferentes povos foram submetidos:

[...] Esses povos traziam consigo a *Memória Ancestral*. Entretanto, essa harmônica tranquilidade foi alcançada pelo braço forte dos invasores: caçadores de riquezas e de almas. Passaram por cima da memória e escreveram no corpo dos vencidos uma história de dor e sofrimento. Muitos dos atingidos pela gana destruidora tiveram que ocultar-se sob outras identidades para serem confundidos com os desvalidos da sorte e assim sobreviver. Esses se tornaram sem-terras, sem-teto, sem-história, semhumanidade. Tiveram que aceitar a dura realidade dos sem-memória, gente das cidades que precisa guardar nos livros seu medo do esquecimento (Munduruku, 2018, p. 81, grifo nosso).

Nota-se que a tentativa de apagamento da memória funcionou como uma estratégia para eliminar as identidades desses povos, que ainda lutam para restabelecer a relação com suas ancestralidades em um novo tempo. Isto significa que:

[...] a memória é, ao mesmo tempo, passado e presente, que se encontram para atualizar os repertórios e possibilitar novos sentidos, perpetuados em novos rituais, que, por sua vez, abrigarão elementos novos num circular movimento repetido à exaustão ao longo da história (Munduruku, 2018, p. 81).

Neste caso, torna-se importante observar as narrativas do passado conscientes do modo como essas vêm se transfigurando a partir de novos contatos, técnicas e uma realidade contemporânea que confrontam a ideia essencialista de uma cultura indígena estática. Assim, bem como a cultura das sociedades não indígenas se modificaram ao longo do tempo, com os povos indígenas não seria diferente. Suas culturas não foram “congeladas”, tampouco devem ser consideradas “atrasadas”, como revela-se o pensamento colonial (Smith, 2018).

De um outro ângulo, as vozes indígenas distorcem essas posições e por isso tornam-se fundamentais para se contrapor a estruturas hegemônicas que prevalecem. Como elucida Munduruku (2018, p. 83) “há um fio muito tênue entre oralidade e escrita, disso não se duvida. Alguns querem transformar esse fio numa ruptura. Prefiro pensar numa complementação”. O autor reconhece o processo colonial que ameaçou a memória ancestral, ao mesmo tempo que entende a escrita como uma técnica, um suporte que deve ser dominado a favor dos indígenas: “É preciso escrever – mesmo com tintas do sangue – a história que foi tantas vezes negada”. Portanto, essa literatura própria promove um movimento da memória “para apreender as possibilidades de mover-se num tempo que a nega e que nega os povos que a afirmam. A escrita indígena é a afirmação da oralidade” (Munduruku, 2018, p. 83).

Complementa Márcia Kambeba, do povo Omágua e Kambeba, que nesse movimento “quem escreve recebe influências de espíritos ancestrais, dos encantados, por isso a literatura dos povos da floresta é percebida com um valor material e imaterial” (Kambeba, 2018, p. 39). Nesse sentido,

o registro da informação aqui “envolve sentimento, memória, identidade, história e resistência” (Kambeba, 2018, p. 39).

Isso significa que há uma evidente inseparabilidade entre saberes e suas formas de expressão na tradição indígena, seja escrita ou oral, que não nos cabe qualificar como “mais” ou “menos” importante nos dias de hoje. O que vale aqui é compreender como e por que os meios a transmissão dessas memórias ancestrais vêm se (re)formulando a partir de diferentes experiências. Segundo Munduruku (2020) os saberes ancestrais têm uma existência própria para além do tempo e dos sistemas ao qual estão inscritos, trata-se de uma outra forma de compreender a própria existência no mundo, uma forma especial de lembrar às pessoas que outras formas de vida também são importantes.

A norte-americana Robin Wall Kimmerer, que tem suas origens na Nação Potawatomi, apresenta uma reflexão profunda que relaciona a memória coletiva do seu povo com a memória da Terra (Kimmerer, 2023). Nesse sentido, nos convida a entender a Terra como uma espécie de “biblioteca”. Os ciclos da natureza, plantas e outros seres também portam uma forma de sabedoria, que tradicionalmente é mediada pelas pessoas mais velhas das comunidades, que, por sua vez, são encarregadas de transmitir os ensinamentos adquiridos tanto pelos seus antepassados, como também pelos demais seres, em uma relação de respeito aos tempos, expressa pela cultura da gratidão e reciprocidade. “A história e seu contador servem ambos para conectar o passado com o futuro, uma geração com a outra, a terra com o povo e o povo com a história” (Smith, 2018, p. 168).

Sobre essa perspectiva, a memória pode ser ainda compreendida por uma lógica não antropocêntrica, que contrária ao pensamento linear, e também um tempo pontilhista, para propor um olhar integrado a natureza, bem como a outros seres, que de diferentes formas interagem e se comunicam na transmissão desses saberes ancestrais. Nas palavras de Vanessa Sagica, do povo Macuxi e Wapichana:

A consciência sobre a importância dos saberes indígenas que (re)vivem nas memórias de nossos mais velhos está no fato de que a aprendizagem do ser indígena ao longo da vida não ocorre de forma isolada, mas é constante, como as águas de rio que convergem sempre em prol de um coletivo, de algo maior (Sagica, 2023, p. 32).

Deste modo, nos sensibiliza Krenak para outras formas de ancestralidade “onde perdemos a identidade de indivíduo e nos conectamos com toda a existência da natureza [...]. E então aprendemos a retornar à raiz da existência” (Krenak, 2023, p. 36).

A fim de ilustrar como esta relação vem se estabelecendo, a seguir nos debruçamos nos materiais produzidos pelos povos Guarani, Kaingang e Laklãno-Xokleng no Projeto ASIE – Núcleo de Santa Catarina, para demonstrar como a memória é compreendida por esses povos e de que forma é representada em suas próprias produções.

A Representação da Memória e Informação nos Materiais da Ação Saberes Indígenas na Escola – Núcleo/SC

A ASIE como uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) junto à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), em parceria com as Instituições de Ensino Superior e Secretarias de Educação, atua na formação continuada de professores indígenas em todo o país. Para realização dos trabalhos que envolvem uma série de ações, como a produção de materiais didáticos e paradidáticos, o núcleo de cada Estado traça seu plano de acordo com as demandas e especificidades de cada povo e contexto. Diferentemente de grande parte dos

materiais presentes nas escolas indígenas que foram construídos por não indígenas, o trabalho desenvolvido pela ASIE – Núcleo/SC proporcionou uma produção própria de autoria e/ou coautoria dos povos indígenas (Fidelis; Okawati, 2021).

O Núcleo de Santa Catarina, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tem como proposta “favorecer o aprimoramento das atividades didático-pedagógicas de professores Guarani, Kaingang e Xokleng-Laklãnõ em torno de práticas e saberes relacionados à temática Territórios de Ocupação Tradicional em Santa Catarina: Passado e Presente” (ASIE – Núcleo/SC, <https://saberesindigenas.ufsc.br/>). Deste modo, a práxis educativa vem se estabelecendo por meio do diálogo entre professores, estudantes, membros da comunidade, em especial anciãs e anciões reconhecidos como detentores do “saber-fazer” indígena (Okawati; De Paula, 2023).

Mesmo que atualmente a cultura escrita tenha se inserido em muitos contextos indígenas, como é o caso dos povos que vivem no Estado de Santa Catarina, o uso oral da língua em práticas sociais e discursivas segue ocupando um lugar fundamental nas comunidades indígenas. As vozes dos mais velhos, anciãs e anciões indígenas, guiam os caminhos da educação indígena por meio das narrativas de suas histórias de vidas entrecruzadas por cosmologias e temas como alimentação, ervas medicinais, artesanato, etc.

No (des)envolvimento do projeto ASIE-Núcleo/SC, percebemos que os professores indígenas ampliaram o diálogo comunitário, trazendo reflexões sobre o passado, presente e futuro, submetendo uma nova proposição de formação continuada de educadores indígenas, que retoma a transmissão geracional – a própria educação indígena em sua essência (Okawati; De Paula, 2023, p. 82).

Para ilustrar esse trabalho, selecionamos alguns exemplares dos materiais desenvolvidos pela ASIE – Núcleo/SC, que são de autoria coletiva por parte da comunidade escolar envolvida no Projeto.

A começar pela produção Guarani *Tape Mbaraete Anhetengua: Fortalecendo o Caminho Verdadeiro* (Guarani, 2018), destaca-se o Documento Base Guarani: *Xeramõi kuery ha'e gui xejaryi kuery nhanemongueta porã*, trazendo um registro de falas na língua materna, também traduzido ao português:

Essas palavras constam para o entendimento dos não indígenas de como os Guarani desejam a educação e a escola na aldeia. A esse documento base se seguem relatos escritos e fotográficos de como anciões, professores e alunos vivenciaram alguns temas e práticas do *nhande reko* na escola e por meio dela (Guarani, 2018, p. 16).

A memória aparece em diversos depoimentos do livro, demonstrando, especialmente, a contradição entre o modo como esta é concebida e preservada por eles e pelos não indígenas (*jurua*):

Há muito, muito tempo, quando da primeira Terra, bem no começo, os Nhanderu, aqueles que nos fazem falar, aqueles que nos fazem sorrir, ganharam noção daquilo que cada um de nós haveria de saber fazer. [...] Se a gente contar mesmo o que a gente precisa, com toda a confiança, ele vai providenciar. Para encontrar o modo bom de falar, nós precisamos da ajuda dele. Para nós, ele deixou o conhecimento no nosso coração, na nossa memória; para os não indígenas, ele deixou o papel. *Nós devemos ouvir com o nosso coração e nossa memória; eles devem olhar o papel para saber.* Faz muito tempo que isso é assim. Agora nós já temos também professores e professoras. Eles também estão aprendendo a ler e escrever, como os não indígenas. Foi Tupã que determinou que fosse assim (Guarani, 2018, p. 30, grifo nosso).

Ainda que atualmente o domínio da escrita pelo povo Guarani seja uma realidade nas aldeias, diferentemente da realidade não indígena, não é na tradição escrita que a memória se sustenta. Para eles é preciso ouvir, sentir e guardar.

Os jovens, as crianças, os professores e as lideranças precisam lembrar, por isso precisam ouvir dos mais velhos como é o nosso costume, como tem que ser levado, pois tudo *isso permanece guardado no nosso conhecimento, na nossa memória*. Nas aldeias, todo mundo precisa ouvir. Como é que vai ser falado? Cada pessoa vai falar, cada pessoa vai escutar (Guarani, 2018, p. 32, grifo nosso).

O livro *Kófa ag Jykre: Aprendendo com Anciões* (Kaingang – obra coletiva, 2018) evidencia a decisão de professores Kaingang, com participação de alguns representantes Guarani que vivem nas terras indígenas no oeste catarinense, de publicar informações referentes às terras e escolas indígenas da região. Além do histórico das Terras Indígenas, o livro conta com a apresentação de 52 anciões, sábios e sábias, Kaingang e Guarani do Oeste do estado de Santa Catarina.

São essas mulheres e homens os notórios protagonistas deste trabalho espriado pelas cinco TIs Kaingang, que aconteceu nos espaços escolares, nos seus pátios e casas, na mata, à beira de nascentes de água e rios, debaixo de árvores. Trabalho que instou memórias e histórias, que aqueceu corações e mentes de professores e alunos do ensino fundamental e médio, que deu ainda mais sentido aos processos de ensino-aprendizagem (Kaingang, 2018, p. 12).

Nas biografias, as vozes dos mais velhos da comunidade, sábias e sábios indígenas, contribuem para fortalecer uma nova proposta de formação.

São vozes que acentuam a importância e a riqueza das matas e das ervas medicinais, dos rios, nascentes e águas, da fauna. São vozes que chamam a atenção para a vida com relação à plantação, à pesca, à caça, à coleta, ao artesanato e suas matérias primas. Chamam a atenção para os tempos passados e a abundância das araucárias então existentes, bem como sua gradativa – e inaceitável – devastação. Tempos de mais saúde e de rios sem contaminação. Falam das lembranças sobre as escolas em décadas passadas: diminutas, precárias, longínquas, de difícil acesso, sem materiais escolares, de frequência limitada por conta de ocupações e trabalho, vedadas pelos pais pela desconfiança em relação aos seus objetivos, inclusive no que se refere à proibição do uso da língua materna/paterna. São vozes que chamam a atenção para a centralidade dos nomes na própria língua. Vozes que se fizeram ouvir em encontros e oficinas efetivadas nas escolas/comunidades, programações da Ação Saberes Indígenas na Escola – Núcleo Santa Catarina (Kaingang, 2018, p. 13, grifo nosso).

Ao contrário do que se possa imaginar, os relatos aqui descritos não trazem apenas a memória de um tempo passado, mas são fundamentalmente um alerta para o presente, para a necessidade de luta e resistência dos mais jovens das comunidades que têm como missão garantir o futuro às próximas gerações.

Por último, a publicação Laklãnõ-Xokleng intitulada *Ãg tã Laklãnõ-Xokleng ãg jákle vãnhló zi kũ: ãg jóba mẽ óg jávãn kũ tã óg ze jógpalag já – Consciência Laklãnõ-Xokleng em ação: Jeitos de ensinar e aprender na Terra Indígena Laklãnõ* (Laklãnõ-Xokleng, 2018) parte igualmente da fala, expressão e memória dos mais velhos:

Os sábios reconhecidos pela comunidade como conhecedores da história e saberes Laklãnõ-Xokleng. *Com suas palavras, experiências, gestos e presença nos guiam e ensinam o que trazem em seus corações e memórias* (Laklãnõ-Xokleng, 2018, p. 7, grifo nosso).

Vale ressaltar a preocupação do povo Laklãnõ-Xokleng com a utilização das diferentes linguagens que, mais uma vez, não se limitam a experiência escrita:

Com essa inspiração, se criou um caminho: começar pela vivência da prática e da ação, saindo de sala da aula para aprender fazendo junto com os anciões na situação real, ocorra ela na mata, na beira do rio ou na moradia de um ancião, para só então aprofundar essa aprendizagem em sala de aula, retomando o que foi vivenciado com a *utilização de registros em diferentes linguagens e suportes como a escrita, a plástica, a teatral, a audiovisual e outras*, relacionando os conhecimentos tradicionais com os demais conteúdos curriculares (Laklãnõ-Xokleng, 2018, p. 17, grifo nosso).

Comum aos materiais dos diferentes povos aqui apresentados, temos como eixo central a participação ativa dos mais velhos das comunidades, reconhecendo as memórias ancestrais como caminho para a valorização de suas identidades em contraposição às narrativas coloniais que por tanto tempo vigoraram na escola indígena. Conforme afirma a Kaingang Marlei Angélica Bento:

[...] após a conversa com o ancião não se sai do mesmo modo que se entra, pois, o ancião faz o papel de agência das emoções, da conexão com o espírito ancestral, assim intermediando as relações entre as memórias, o presente que possibilita seus aconselhamentos e as conexões com o futuro (Bento, 2021, p. 79).

Tais exemplos demonstram a proposição de Munduruku (2020) de que a escrita vem reafirmar a oralidade e não a substituir. Portanto, a memória e informação aqui registradas não podem ser compreendidas como uma via única que depende exclusivamente do livro, já este suporte funciona muito mais como meio de legitimar a oralidade e a própria práxis escolar. Em outras palavras, os livros, e bem entendemos a escrita aqui, perdem seu sentido se não estiverem vinculados à ação de seus educadores, sábias e sábios de suas comunidades, indispensáveis para o alcance da sabedoria indígena.

Portanto, ao reconhecer o papel dos mais velhos como mediadores da memória ancestral que conecta realidades de tempos e espaços distintos, podemos, então, começar a compreender a ação da memória como um meio de resistência e (re)existência para os povos indígenas. Diferentemente das histórias contadas desde uma visão colonialista, bem como a própria reprodução destas estruturas que permeiam a escola indígena, os materiais aqui apresentados apontam para uma informação silenciada, que hoje pode ser minimamente acessada, servindo como um instrumento para refletirmos sobre nossas próprias práticas.

Considerações Finais

A proposta de um paradigma intercultural (crítico) ou de uma Epistemologia Social Decolonial na Ciência da Informação inspira nossos caminhos, na medida em que considera fundamental incluir outras vozes nesse campo científico, que ainda em construção pode se moldar de forma mais plural, promovendo justiça social e epistêmica. Assim, ao retomar aos questionamentos lançados no início deste trabalho, identificamos – ainda que parcialmente – sujeitos e contextos que foram excluídos deste processo de formação epistemológica, para a partir de suas narrativas próprias assumir outro entendimento possível para o (des)envolvimento da área.

Ao reconhecer as narrativas indígenas ampliamos a reflexão sobre o tema memória, que se articula transversalmente à informação em uma lógica distinta. Longe da intenção de fixar um conceito – até porque não acreditamos ser possível adotar uma definição exclusiva para tal – as noções de memórias ancestrais apresentadas nos permitem compreender, juntamente com a informação, um tempo-espaço passado que se atualiza no presente, sem romper com sua essência. Nesse sentido, a oralidade, mesmo com a complementaridade da escrita não se perde; pelo contrário se reafirma.

As experiências ilustradas pela Ação Saberes Indígenas na Escola – Núcleo/SC, com os povos Guarani, Kaingang e Laklãñ-Xokleng, além de se oporem à lógica antropocêntrica, revelam o fortalecimento das memórias ancestrais mediada pela ação dos mais velhos das comunidades. Isso ocorre tanto por meio da produção de materiais próprios, atualmente consolidados nas escolas indígenas, quanto pela própria práxis educativa que reconhece e promove tempos e espaços de formação. Ou seja, é fundamental lembrar que tais registros não podem e não devem ser nunca desvinculados de sua ação, uma vez que, é a partir dessa relação que se garante a continuidade e preservação das suas práticas culturais e fortalecimento de seus territórios.

Referências

- Araújo, C. A. Á. Conceito de informação na ciência da informação. *Informação & Sociedade*, v. 20, n. 3, p. 95-105, 2010.
- Bamberg, C. R. F. P. E A. *et al.* Epistemologia decolonial e ciência da informação: uma análise dos *anais* do ENANCIB. *INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, v. 13, n. 2, p. 29-46, 2022. <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v13i2p29-46>.
- Bastos, A. W. B.; Nunes, J. V. Uma análise sobre os usos do conceito de memória na ciência da informação brasileira. *Informação & Sociedade*, v. 33, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/67815>. Acesso em: 11 set. 2024.
- Bento, M. A. Kofá: Entre lembranças e os suportes de memória nas narrativas de Kofás Kaingang da Terra Indígena Guarita-RS. In: Zea, E. S. (org.). *Kuri'y ág fág*: vol. 2: Culturas e memórias. Florianópolis: Ed. do Bosque UFSC/CFH/NUPPE, 2021. p. 74-122.
- Capurro, R. Epistemologia e Ciência da informação. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 5., Belo Horizonte, 2003. *Anais Eletrônicos* [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 1º jun. 2023.
- Cardona, N. D. ¿Ciencia de la información para qué y para quién? Aproximación a los paradigmas de la Ciencia de la Información en el conteto universitario. In: Cardona, N. D.; Garcês, F. *Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação*: contribuições da Colômbia e do Brasil. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020. p. 45-71.
- Carmo, J. R.; Karpinski, C.; Brascher, M. A relação entre a memória social e sociocognição: busca do contexto social na organização do conhecimento. *Em Questão*, v. 24, n. 1, p. 65-85, 2018. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/71083/43768>. Acesso em: 13 mar. 2023.
- Costa, L. F. Interações disciplinares na pesquisa sobre memória e patrimônio no contexto da Ciência da Informação no Brasil. *RACIn*, v. 8, n. 1, p. 1-25, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/141367>. Acesso em: 1º jun. 2023.
- Dorrigo, T. A autoria originária em relevo na literatura indígena. In: Ricardo, F.; Klein, T.; Santos, T. M. (ed.). *Povos Indígenas do Brasil: 2017/2022*. São Paulo: ISA - Instituto Socioambiental, 2023.
- Fidelis, A. A.; Okawati, J. A. A. A práxis na educação escolar Kaingang. In: Fleuri, R. M.; Okawati, J. A. A. (org.). *Pedagogias e narrativas decoloniais*. Curitiba: CRV, 2021. p. 93-105.
- Guarani. In: Darella, M. D. P. *et al.* (org.). *Tape mbaraete anhetengua*: fortalecendo o caminho verdadeiro. Florianópolis: Ed. UFSC, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/item/5a2045e1-f2ae-44d9-8d8b-37a57befdcdb/Livro%20Guarani_PDFweb.pdf?sequence=1. Acesso em: 15 mar. 2023.

- Gonçalves, J. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: Abreu, R.; Chagas, M. (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33.
- Kaingang. In: Darella, M. D. P. et al. (org.). *Kófa ag Jykre: aprendendo com Anciões*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/item/5a2045e1-f2ae-44d9-8d8b-37a57befdcdb/Livro%20Kaingang_PDFweb.pdf?sequence=2. Acesso em: 15 mar. 2023.
- Kambeba, M. Literatura indígena: da oralidade à memória escrita. In: Dorrico, T. et al. (org.). *Literatura indígena brasileira contemporânea*. Porto Alegre: Ed. Fi, 2018.
- Kimmerer, R. W. *A maravilhosa trama das coisas: sabedoria indígena, conhecimento científico e os ensinamentos das plantas*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2023.
- Krenak, A. *Vozes da floresta*. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (53min38s). Publicado pelo canal Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KRTJlh1os4w>. Acesso em: 23 maio 2023.
- Krenak, A. *Futuro ancestral*. São Paulo: Cia das letras, 2022.
- Krenak, A. *Um rio um pássaro*. Rio de Janeiro: Dantes, 2023.
- Laklãnõ-Xokleng. In: Darella, M. D. P. et al. *Āg tō Laklãnõ-Xokleng āg jákle vānhló zi kũ: āg jóba mẽ óg jávān kũ tō óg ze jógpalag jā* – Consciência Laklãnõ-Xokleng em ação: jeitos de ensinar e aprender na Terra Indígena Laklãnõ. Florianópolis: Ed. UFSC, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/item/5a2045e1-f2ae-44d9-8d8b-37a57befdcdb/Livro%20Xokleng%20Completo_PDFweb.pdf?sequence=4. Acesso em: 15 mar. 2023.
- Le Goff, J. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.
- Lima, A. M. A. *O livro indígena e suas múltiplas grafias*. 2012. 156 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- Loureiro, J. M. M. Informação, memória e patrimônio: breves considerações. In: Azevedo Netto, C. X. *Informação, patrimônio e memória: diálogos interdisciplinares*. João Pessoa: UFPB, 2015.
- Munduruku, D. Escrita indígena: registro, oralidade e literatura: o reencontro da memória. In: Dorrico, T. et al. (org.). *Literatura indígena brasileira contemporânea*. Porto Alegre: Ed. Fi, 2018. Disponível em: <https://www.editorafi.org/438indigena>. Acesso em: 1º out. 2023.
- Munduruku, D. *Não somos donos da teia da vida*. São Paulo: Sesc, 2020. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/editorial/nao-somos-donos-da-teia-da-vida/>. Acesso em: 5 out. 2023.
- Okawati, J. A. A.; De Paula, V. M. Uma aula intercultural crítica: aprendendo com um ancião Kaingang. In: Fleuri, R. M.; Okawati, J. A. A. (org.) *Decolonizar a educação: entretecer caminhos de bem viver*. São Carlos: Ed. Pedro e João, 2023. p. 69-83.
- Oliveira, E. B.; Rodrigues, G. M. O conceito de memória na ciência da informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. *Liinc em Revista*, v. 7, n. 1, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/183850>. Acesso em: 1º jun. 2023.
- Paiva, E. B. Conceituando fonte de informação indígena. *Informação & Sociedade*, v. 24, n. 1, p. 61-70, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/16472/10876>. Acesso em: 1º jun. 2023.
- Quijano, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-278. (Colección Sur-Sur).
- Righetto, G.; Karpinski, C. For a decolonial social epistemology. *TransInformação*, v. 33, e200039, 2021. <https://doi.org/10.1590/2318-0889202133e200039>.
- Sagica, V. Prefácio. In: Fleuri, R. M.; Okawati, J. A. A. (org.). *Decolonizar a educação: entretecer caminhos de bem viver*. São Carlos: Ed. Pedro e João, 2023. p. 32-83.
- Santos, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: Santos, B. S.; Meneses, M. P. (org.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.
- Santos, B. S. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

Smith, L. T. *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas*. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

Vieira, K. R.; Karpinski, C. O conceito de memória nos *anais* do capítulo da International Society for Knowledge Organization ISKO-Brasil sob uma perspectiva epistemológica. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, v. 12, n. 2, p. 294-309, 2018. <https://doi.org/10.26512/rici.v12.n2.2019.8732>.

Walsh, C. Interculturalidad crítica y educación intercultural. In: Vianã, J.; Tapia, L.; Walsh, C. *Construyendo interculturalidad crítica*. La Paz: Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, 2010. p. 75-96.

Colaboradores

Conceitualização: J. A. A. OKAWATI. Metodologia: J. A. A. OKAWATI. Escrita – rascunho original: J. A. A. OKAWATI. Escrita – revisão e edição: J. A. A. OKAWATI e KARPINSKI, C.